

Exemplo a ser seguido

A iniciativa do Vale Cidadania, que o governo federal acaba de anunciar, merece aplausos, mas, sobretudo, aperfeiçoamentos. O programa vai pagar R\$ 50,00 por mês para cada criança que passar o dia inteiro na escola. Espera beneficiar 100 mil estudantes de um universo de 3,5 milhões. É pouco. Mas pode significar o primeiro passo de um longo caminho a ser percorrido.

Faltam ao governo federal condições para operacionalizar um programa dessa dimensão sem abrir as portas para intermediações e corrupção. Uma saída é municipalizá-lo. Fernando Henrique Cardoso pode inspirar-se na bolsa-escola do Governo do Distrito Federal, um dos programas mais sérios, criativos e oportunos postos em execução nos últimos anos.

A fórmula é simples e parece ter servido de ponto de partida para o Vale Cidadania. A família sem renda recebe um salário mínimo mensal por filho mantido na escola pública. A freqüência é obrigatória. Se a criança faltar às aulas sem justa causa, perde o pagamento. Resultado: o índice de evasão, um dos maiores pesadelos da educação brasileira, beirou o zero no balanço do

primeiro ano de aplicação da bolsa-escola na capital da República.

O programa tem outra vantagem. Tirou da rua os meninos e meninas obrigadas a sair de casa para pedir esmola ou se prostituir. Em pouco mais de um ano, foram beneficiadas quase 15 mil famílias a um custo de R\$ 15 milhões. Nada pesado: cerca de meio por cento do orçamento do GDF.

A adoção do modelo pelo governo federal constitui um atestado do êxito do programa. Pode significar um tiro de misericórdia no projeto demagógico recém-aprovado na Comissão de Justiça da Câmara Legislativa que aumenta de um para três salários mínimos o valor da bolsa-escola.

A oposição escolheu o jeito mais cruel de inviabilizar um projeto social bem-sucedido porque lhe fere a capacidade de sobrevivência. Um salário mínimo pode não ser muito. Mas é o dobro do Vale Cidadania. Representa a carta de alforria para milhares de crianças condenadas à mendicância e à prostituição.

A receita do governo Cristovam, que alcança todas as crianças carentes do Distrito Federal, deve ser aproveitada pelo Vale Cidadania, de menor valor e alcance bem mais limitado.